



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTIVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1037/03	DATA: 30/07/03
INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 12h24min	DURAÇÃO: 01h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h58min	PÁGINAS:38	QUARTOS: 24
REVISÃO: Gilberto, Liz, Luciene Fleury, Tatiana, Zilfa		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER - Secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia.

**SUMÁRIO:** Significado da indústria do petróleo e gás natural para o Brasil. Recursos envolvidos e resultado das ações empreendidas pelo Ministério de Minas e Energia no atual Governo. Revisão do marco regulatório de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e líquidos.

OBSERVAÇÕES
Há exibição de imagens. Há falhas na gravação. Há orador não identificado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença da Sra. Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia. Esclareço aos Deputados e ao convidado que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito que todos falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, a convidada não pode ser apartada. Finda a exposição, daremos início à interpelação. Os Srs. Deputados que desejam interpelar o convidado deverão se inscrever junto à Secretaria. Convido para tomar assento à mesa a Sra. Maria das Graças Silva Foster, que disporá de 20 minutos para sua exposição.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Senhores, bom dia a todos. Nós temos uma apresentação a fazer para vocês, seguindo a tradição dos trabalhos que têm sido apresentados por outros agentes da nossa indústria, a do petróleo, gás e derivados. Eu vou estar fazendo nossa exposição em 20, 30 minutos. Mas, antes de fazê-la, eu gostaria de agradecer aos condutores da CPI pela oportunidade de falar em nome do Ministério de Minas e Energia e, como brasileira, de poder colaborar com o nosso conhecimento e o da minha equipe que aqui está, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, de tal forma que efetivamente possamos ter, como resultado de todo esse trabalho, uma melhoria que precisa ser expressiva para significar real modificação de comportamento daqueles que constituem a cadeia do petróleo e gás natural no nosso País. Eu vou pedir licença a vocês para me levantar, fazer a apresentação, contando com minha equipe aqui para passar alguns *slides*, e mostrar a vocês como estamos trabalhando na Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia. (*Segue-se exibição de imagens.*) Bom, senhores, vou-lhes dar uma visão geral, bastante abrangente e muito superficial sobre o que significa a indústria do petróleo e gás natural para o Brasil e o quanto precisamos tê-la literalmente saudável para que possamos colaborar, não só por meio dos derivados que entregamos nos postos de combustível, mas também com as arrecadações absolutamente indispensáveis ao crescimento da nossa Nação. E eu não poderia deixar de mostrar a vocês a situação atual, a vulnerabilidade dos elos da cadeia de petróleo e gás frente às atuais



fragilidades do mercado de combustíveis no Brasil. Eu tenho as informações de todos, do Ministério de Minas e Energia, que depuseram aqui antes de nós; procurei não repeti-los e, dentro do possível, trazer informações complementares aos senhores. Eu vou estar falando muito rapidamente sobre a estrutura da indústria do petróleo e gás; dos agentes da cadeia e recursos envolvidos; das ações empreendidas pelo Ministério de Minas e Energia nesses 7 meses de Governo; dos resultados alcançados até hoje, julho de 2003, e da revisão do marco regulatório de combustíveis, GLP, e líquidos, cujo desenvolvimento iniciamos 2 meses atrás, em parceria com a Fazenda e com a Agência Nacional de Petróleo. Então, vamos à indústria do petróleo e gás. E a gente fala aqui começando... Eu estou aqui um pouquinho prejudicada por esta cadeira. Dá licença, eu não sei o que é; eu acho que é a mesinha, mas o que temos aqui é a plaquinha. Mas está certo. Então, o prejuízo não é tão grande frente a todos os prejuízos que vamos ver daqui a pouco. Além do petróleo e gás, a 9478/97, que é conhecimento... Não, mas eu acho que está bom, é só umazinha; eu acho que se o povo não reclamar, a gente até deixa. Opa, ótimo! Ah, mas ficou bom, porque minha amiga ali levantou. Bom, gente, então, como é isso aqui? Quer dizer, por que o Ministério de Minas e Energia tem lá uma Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis? Por que nossa Ministra Dilma Rousseff se dedica tanto a estar atuando tão intensamente neste mercado? O que nós temos aqui? Nós temos um cidadão que, lá na ponta, enxerga o carro dele, enxerga o frentista, que, por sua vez, consegue enxergar o preço ou os preços de combustível. Rafael, gostaria de manter; vamos deixar, está bom? Obrigada. Então, nós estamos dentro da visão em que o cidadão, na ponta, percebe; ele tem a exatidão daquilo que pesa no bolso dele. Ele sabe da vulnerabilidade do carro dele frente a uma gasolina que, na sua avaliação, não é uma gasolina de qualidade. O frentista, por sua vez, conhece os preços a serem praticados. Mas o que existe entre o poço e o posto? Ou entre o posto e o poço? Então, é isso que nós vamos passar muito rapidamente para os senhores. Entre o cidadão e o posto existe a indústria de petróleo e gás natural e combustíveis renováveis, uma indústria que, no Brasil, vem sendo desenvolvida pelo povo brasileiro há meio século; há 50 anos essa indústria se configura. Nós temos, para que o frentista disponha de 40 litros de gasolina para abastecer um automóvel, todo um processo de licitação de áreas — não temos o



monopólio. Todo um processo de licitação de áreas vem sendo feito há 5 anos por uma equipe extremamente dedicada, equipes operadoras, PETROBRAS, Shell, Mobil, Exxon, Texaco, equipes no Brasil junto à Agência Nacional de Petróleo e junto ao Ministério de Minas e Energia, de tal forma que possamos fazer a licitação dos blocos. Assim, podemos descobrir onde nós temos petróleo nas nossas bacias sedimentares brasileiras. E o trabalho é longo ainda. Nós temos, dos 6,4 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares capazes de ter petróleo nos poros de suas rochas, apenas 5% sobre concessão sendo estudadas. Para fazermos 6%, 7%, é preciso que tenhamos uma cadeia da indústria de petróleo e gás natural. Uma cadeia limpa, uma cadeia organizada, que permita, que justifique aos investidores, numa atividade de alto risco, prospectar petróleo em terra, no mar, fazer tecnologia de ponta, investir nos seus centros de pesquisas, nas indústrias. Apenas nos últimos 4 anos, 1,5 bilhões de dólares foram investidos em trabalho de sísmica para se conhecer as bacias sedimentares brasileiras e se tomar o risco de desenvolver esse petróleo, se lá ele estiver. Nós temos no País grande orgulho da nossa indústria de petróleo. Nós somos reconhecidos no mundo inteiro pela nossa liderança mundial em águas profundas. Ninguém fez melhor que nós até hoje; nós, da indústria de petróleo e gás natural do Brasil. Nós temos os recordes sobre a Shell, nós temos os recordes sobre as maiores operadoras. Para que saíssemos de uma sonda de terra e passássemos de 124 metros de lâmina d'água para o recorde mundial de 1.850 metros de profundidade/água, toda uma indústria de petróleo e gás foi desenvolvida, possibilitando-nos romper a barreira do desconhecimento, desenvolver novas tecnologias: pagar uma taxa diária de sonda que pode custar até 200.000 dólares por dia; investir num poço, que pode estar seco, 10, 15, 30, 50 milhões de dólares — um único poço —, que você pode perder por um erro de operação, que se pode não declarar sua comercialidade. Para que as operadoras continuem no Brasil, para que a PETROBRAS possa continuar investindo, precisamos ter uma cadeia que a ponta justifique o início e o meio; e a ponta se chama combustíveis líquidos e combustíveis gasosos. Na seqüência, o nosso parque de refino hoje, no Brasil: a vontade de termos mais uma ou duas refinarias, soma, exige dos investidores internacionais e da PETROBRAS investimentos pesados e, para se atender às exigências ambientais e termos 200.000 barris de petróleo por dia, teremos que investir algo em



torno de 2,5 bilhões de dólares. Então, tenho que fazer licitação, tenho que fazer a sísmica, tenho que perfurar, tenho que produzir, tenho que tomar o risco exploratório, tenho que declarar ou não a comercialidade, para poder investir mais 2,5 bilhões, para produzir uma gasolina limpa, para produzir um *diesel* com baixíssimo teor de enxofre, para ter o GLP, para ter o gás natural, para ter um mercado que suporte tamanho risco, que suporte tamanho investimento. A ponta, aquele cidadão lá na ponta, mais o frentista, aqueles dois juntos, justificam o meio e justificam o início, todo o programa exploratório. Para transportar, temos que romper as dificuldades ambientais, literalmente justas; teremos que produzir e transportar petróleo e derivados de forma correta ao nosso meio ambiente. Mas temos que investir pesado. Muito em breve, no Brasil, os navios, como já em vários países do mundo, precisarão de casco duplo. Há exigências crescentes em relação aos gasodutos. Só para o gasoduto Bolívia—Brasil, foram 2 bilhões de dólares, 2,17 bilhões de dólares. Essa é uma parte do traçado do GASBOL. E aqui um navio de custo médio nosso cobra 67 milhões de dólares para transportar derivados no Brasil e no exterior. E aí temos esta cadeia, que pedi ao Rafael para segurar um minutinho, onde temos, ao longo desses 50 anos de tradição da indústria de petróleo e gás, uma gasolina que é orgulho da nossa Nação. Temos lá fora nossos pilotos brasileiros, os pilotos da Williams, que estão correndo com nossa gasolina, gasolina desenvolvida por nós aqui no Brasil. Temos toda uma história, que, pelas questões ambientais, exigem de nós novos combustíveis renováveis. O Ministério de Minas e Energia está desenvolvendo um programa que se chama Programa Combustível Verde-Biodiesel. Essa é uma bandeira do nosso Presidente. Estamos trabalhando com biodiesel para termos muito em breve a colocação do biodiesel, do B2, do B5, misturado ao nosso *diesel*. Mas como vamos fazer isso aqui, introduzir um novo combustível, se essa cadeia é tão complicada, se essa cadeia nos promove, nos arremete do orgulho de uma produção em águas profundas a uma tristeza, a uma vergonha por tudo o que vemos em termos de contaminação na ponta, lá naquela ponta que justifica toda a cadeia. E, aí, temos aqui, de volta, o que significa nossa razão de ser, da Secretaria, no Ministério de Minas Energia. Trata-se de garantir ao cidadão brasileiro, de dar a ele toda a condição para que frentistas e consumidores literalmente não precisem conhecer toda a parte que completa esse ciclo. Esse é um



problema nosso. Só que, para chegarmos a esta condição que aqui está, precisamos garantir investimentos literalmente pesados para que a cadeia de petróleo e gás continue existindo no nosso País. Eu mostro aqui *slide*, bastante conhecido dos senhores, que traz os agentes envolvidos. Eu tenho certeza de que, após meses de estudos, os dirigentes da CPI, que têm estado aqui assiduamente, já decoraram todos estes números que aqui estão, por isso, não vou repeti-los. Mas nós estaremos enfocando a apresentação, daqui para a frente, lá na distribuição e na revenda de combustíveis. E esses números aqui, para o Brasil, para a Fazenda, são extremamente importantes. Nós temos hoje, até o ano de 2000, consolidados, para o nosso PIB de 1,32 trilhões de reais, já no ano de 2002, que o comércio de combustíveis tem 20,7% de participação dentro desses 5,4%, que é a colaboração, a efetiva colaboração da existência de toda aquela cadeia dentro do PIB nacional de 1,32 trilhões de reais. Então, nós, que estamos aqui, precisamos lembrar todos os dias que, quando não estamos abastecendo nossos carros, somos os cidadãos responsáveis por enriquecer e fortalecer os elos da cadeia que aqui mostramos. Esta é uma estimativa do Ministério de Minas e Energia, baseada no histórico de produção, de consumo e de faturamento do ano de 2002, que 43 bilhões de reais/ano virão pela comercialização, decorrente de faturamento de 117,5 bilhões de reais, no comércio da gasolina, do *diesel*, do GLP, por botijão, e do álcool hidratado. Foi o que colocamos aqui: 43 bilhões de reais por ano. Vejam bem este números. Para que possamos garantir esta arrecadação teórica... Infelizmente, hoje, pelo histórico que temos, ela é uma arrecadação teórica. A PETROBRAS, só a PETROBRAS, sem falar na Shell, na Texaco, na Ipiranga, em todas as outras grandes operadoras, vai estar investindo, neste ano de 2003, 20,5 bilhões de reais, que, somados aos investimentos anteriores, somados à meta da auto-suficiência de petróleo e gás natural, nos próximos 4 anos, garantam-nos uma arrecadação teórica de 43 bilhões de reais. Essa arrecadação teórica de 40 bilhões de reais tem atrás de si uma informação que vem do SINDICOM que mostra que 3,3 bilhões de reais poderão estar sendo perdidos, diluídos, escoados para fora do nosso Governo. Isso, para nós, que temos todos os programas sociais carentes de investimento, significa uma perda muito grande para a sociedade. Dessa forma, é absolutamente imprescindível que tomemos algumas ações junto ao mercado. Eu poderia, aqui,



estar falando de toda a coleção de informações, de sugestões que chegam a nós através das várias apresentações feitas pelos sindicatos de combustível, pelas federações que tratam do GLP, mas nós deixamos de fazer as sugestões para mostrar o que o Ministério de Minas e Energia vem fazendo junto ao mercado nesses 6, 7 meses de atuação. E aí quero pedir-lhes um pouquinho de paciência para acompanharem comigo este banco de dados. O que fizemos? Nós temos a Agência Nacional de Petróleo, que tem seu banco de dados, que é um patrimônio da Nação. Há um custo relativamente alto para manutenção desse banco de dados, que é um patrimônio da Nação. Algumas vezes, pouquíssimas vezes, eu tenho recebido alguma reclamação com relação à legitimidade desse banco de dados. Até hoje eu ainda não recebi nenhuma comprovação de que, em algum caso, esse banco de dados não tivesse sido legítimo. Por isso, o banco de dados da Agência Nacional de Petróleo é a única fonte de dados oficial utilizada pelo Ministério de Minas e Energia. O que nós fizemos? O que nós fizemos foi uma sistematização do uso desse banco de dados pelo MME, mas não de uma forma clássica, porque um banco de dados é apenas uma coleção de números, que não tem nenhum significado físico, nenhum significado comercial, que não nos coloca com a visão absolutamente da fragilidade dessa cadeia. Então, essa é uma cadeia clássica que a Agência Nacional de Petróleo tem feito nas suas apresentações. Outros sindicatos também se utilizam de um modelo semelhante, só que nessa tabela aqui, que está à disposição da CPI, você entra, por exemplo, nesse banco de dados, nesse ícone, e começa a cruzar as informações que quer com relação a todas as ações afetas a este item que abrimos. Ou seja, essa tabela que está por trás desse banco de dados é uma tabela atualizada, do dia 27, 28 deste mês; ou seja, há 2 dias ela foi literalmente atualizada. Então, a gente entra aqui. Por exemplo, vamos ver as questões afetas à CIDE. Então você tem todos os impetrantes. É um banco de dados inteligente, porque você consegue cruzar informações na mesma linha e na mesma coluna, cruzando os agentes, cruzando os juizes com as suas ações, se é cota, livre comercialização, portaria, quais aqueles que têm ações com relação a essas portarias. Então, esse banco de dados, do jeito que ele está, precisa de muita melhoria, mas nós precisamos utilizá-lo de tal forma a que possamos apurar e fazer bom uso desse banco de dados. Ele está à disposição da CPI para que a gente



converse mais detalhadamente sobre ele. Queria que o Rafael abrisse, por exemplo, “distribuidoras autorizadas”. Então, a gente tem aí todo o histórico; se você clicar em alguma delas, vai ter informações sobre elas, o comportamento delas no mercado. Que distribuidoras são comportadas no mercado? Quais aquelas que têm histórico? É lógico que o banco de dados é tão mais rico quanto mais a gente trabalha junto dele. Aí eu passo aqui, Rafael, vamos para a frente. O que foi colocado também dentro do Ministério de Minas e Energia nesses meses? Um programa de rastreabilidade de combustíveis. Esse programa, que é constituído para a gasolina, para o álcool, para o *diesel*, para o QAV, para o GNV, também tem lá o seu banco de dados que cruza com todos aqueles dados qualitativos que eu mostrei aos senhores. Vamos fazer aqui um passeio bastante rápido dentro desse banco de dados. Vamos dar uma olhadinha porque isso aqui é, no mínimo, muito interessante. Esses meninos que adoram informática têm um milhão de idéias para fazer rastreabilidade dentro de um banco desses. Então, vamos dar uma olhada: rastreabilidade de combustíveis líquidos e, no caso aqui, estamos na gasolina. E aí temos uma simulação para rastrear o repasse do reajuste até o preço final. O nosso Presidente, a Ministra Dilma perguntou: “*Mas por que o preço não chega à bomba?*” Porque nós temos uma formação de preços que passa por ICMS, PIS/COFINS, que tem a CIDE, que tem o ICMS diferenciado de Estado a Estado. Então, eu preciso ter um banco de dados, eu preciso ter um *software* literalmente correto, do ponto de vista da tributação, porque a gente pode ter qualquer resultado na ponta, a depender do que fazemos com o cálculo desses dados. Daí a gente ter um simulador, que tem uma tela dessas, que está à disposição também da CPI, onde nós fazemos variar o ICMS, o PIS/COFINS, mudança na CIDE. Houve redução de 20% na refinaria do Rio de Janeiro: quanto esse preço pode chegar à bomba? Aí tem de chegar, sim, o valor teórico de referência. Isso não é e nunca foi plano de nenhum dos nossos empregados do Ministério de Minas e Energia fazer qualquer suposição de fixação de preço. Mas, para que eu possa solicitar à Agência que fiscalize uma distribuidora do GLP, tenho de saber que preço ela deve esperar quando chegar lá. E a gente chama a isso de valor teórico de referência. E ele só tem sentido físico para aquelas premissas, ou seja, mantidas as margens, álcool de 20%, preço de álcool “x”. Ele vale no dia. Então, ele é o valor teórico de referência. Tem preços acima, tem preços



abaixo. Voltando, Rafael, nós chegamos, por exemplo, naquela clássica... Aí temos todos os Estados, todas as Capitais, todas as ruas, onde estão os postos de gasolina, onde é que está o GLP. Você vê quem você quiser. É uma base quase georreferenciada. E aí a gente chega, por exemplo, aqui a uma situação real que sempre utilizo para exemplo, a situação em Pernambuco. Houve redução na refinaria de 12,3, aumento ao consumidor de 13,8 e margem que foi absorvida ou foi repassada, ou tinha liminar naquele Estado, naquela cidade, ou, ao invés de liminar, havia campanha das grandes distribuidoras para eliminar aquela distribuidora pequena. Então, existem liminar e eliminar. São muito parecidas as palavras, mas elas têm um significado muito grande. Então, você vai partindo. E a gente quer saber o porquê, o que houve ali. A gente abre aqui, por exemplo, e vê que no dia, naquele aumento, naquela redução de 12,5% na refinaria, em Pernambuco, houve aumento de margem bastante grande. Comparativo de margem de comercialização logo imediatamente após uma redução de 12,5%. E aí a gente não pode esquecer liminar e eliminar a pequena distribuidora. Nem sempre a pequena distribuidora tem uma liminar. E a gente vai passando. E você chega aqui agora, abre e quer saber quais as distribuidoras que estão em Pernambuco. Aí ele mostra: levantamento do histórico das distribuidoras. Clico aqui, olho e vejo quem está em Pernambuco. O que houve? A gente vai descendo mais aprofundadamente no *software*, vai passeando e vê que naquele dia, naquele período tínhamos a BR, que cresceu margem, a Esso, a Ipiranga, Satélite, a Shell, a Texaco, e aqui alguém que baixou sua margem. Interessante. Então, você tem uma história. Quem é essa distribuidora que em Pernambuco tem uma margem, ela realmente cumpriu corretinho aquilo que foi previsto acontecer no *software* do Ministério de Minas e Energia? E aí você vê o histórico dela, que não dá para ler. E eu ligo para a Agência Nacional de Petróleo e digo assim: me fale se essa distribuidora é uma distribuidora correta. E aí há uma notinha aqui que parece boletim de escola de criança. Conforme informações do Dr. Galo, no período de janeiro de 2003 a abril de 2003, tem 25 fatos considerados incorretos praticados por essa distribuidora. E a gente também tem uma notinha dessa para cada uma das outras distribuidoras. E vamos seguindo e pedimos, então, uma avaliação pela Agência Nacional de Petróleo. E dizemos para a Agência assim: vocês já têm a portaria. Façam uso da portaria que já têm. E eles vão fazer



toda uma pesquisa. Eles voltam às distribuidoras, informam com 24 horas de antecedência para que elas preparem seus livros, porque eles querem ver os livros, querem ver as notas fiscais. E tem toda uma seqüência que também está à disposição da CPI. Nós temos um relatório bastante grande, o trabalho da Agência. E nós em cima, acompanhando direitinho para andar rápido. Não podem demorar essas coisas. Vai passando, Rafael, não consigo ler aqui. E então vamos checar todas as notas fiscais. Aquela pesquisa que a ANP manda fazer, uma pesquisa legítima, eu quero ver nota fiscal por nota fiscal. E isso é encaminhado ao Ministério de Minas e Energia. E novamente uma seqüência de mais avaliações, todas previstas em portaria, todas. E você vai seguindo, vai seguindo um pouco mais e tem a parte da análise química que é feita. E aí você tem a confirmação. O laudo das amostras, análise química, não mostram nenhum problema da análise. E a agência diz *“passa para nós”*, para nossa Ministra, assinada pelo Sebastião. Tudo isso faz parte de um processo que se chama Rastreabilidade de Combustíveis, Programa de Rastreabilidade do MME. E está escrito ali, dentro desse texto: *“O cotejo preliminar dos preços praticados, antes e após, pelos produtores, confirmou a expansão das margens das distribuidoras. Esta situação será objeto de avaliação do Núcleo de Defesa da Concorrência, que instruirá nota técnica sobre indícios de práticas anticompetitivas, a fim de encaminhar à Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça e ao Conselho de Administração de Defesa Econômica”*. E, a partir daí, nós voltamos para onde estávamos, e temos para cada combustível o mesmo programa. Seguindo, Rafael, a gente passa aqui sobre resultados alcançados, já de julho de 2003, a partir do emprego desse programa de rastreabilidade. Dia 29 de maio de 2003, coletiva da imprensa pela Ministra Dilma. Uma série de eventos até a data de hoje. Por exemplo, Porto Alegre e Rio Grande do Sul estão em vistoria 55 postos revendedores de gasolina. A pesquisa já foi feita, nós fizemos a rastreabilidade, a Agência Nacional de Petróleo já tem esse processo como um processo de rotina. Nós rodamos esse *software* praticamente todos os dias de manhã para ver se a Agência deixou passar alguma coisa e pedimos fiscalização à ANP. Então, de lá para cá, de 30 de maio até então, tem sido uma sistemática diária a volta da Agência aos livros, às notas fiscais. Distribuição e revenda. Resultados do que aconteceu de fato no mercado. O que vai acontecer



com relação àquele agente, àquele revenda, àquele distribuição ou à refinaria, ou ao Estado? Isso aí a ANP está tratando através dos órgãos competentes. Mas o efeito principal é para aquele cidadão que está lá na bomba, que não sabe o que é uma sonda de perfuração, que não sabe o que é um processo licitatório, que só precisa enxergar mesmo o frentista e a gasolina, saber que é de qualidade; que os investidores internacionais creiam no nosso País. E aí a gente olha para cá e vê a seguinte conformidade: de maio para cá, houve queda significativa nas anomalias de qualidade provocadas pelos processos de volta ao posto, de volta à distribuidora, praticados pela Agência. Nós temos, no caso álcool, eu perdi o anterior, no caso do álcool, tivemos anomalias crescentes e uma redução suave com relação ao álcool. E o anterior, o que foi Rafael, o anterior? Sim, queria colocar o *diesel*, também uma queda na anomalia. Nós estamos terminando, acho que mais 2 minutos. E nós partimos agora para o que está aqui. Redução do preço na refinaria no dia 1º de maio de 2003. Isso aqui é média Brasil. Preço da gasolina ao consumidor em 2003. Aqui, nós tivemos a coletiva da Ministra; o processo de rastreabilidade dia a dia, semana a semana; a influência da CPI de Brasília; a influência desta CPI; o entendimento de que nós estamos olhando todos os dias tudo aquilo que nossos olhos possam ver com essa carga de trabalho imensa que a gente tem dentro da indústria do petróleo e gás. Mas temos provocado todos os dias a Agência Nacional de Petróleo para que ela faça o que pode fazer com o que ela é hoje. Então, nós nunca tivemos aqui, nós temos uma queda considerável do preço do álcool, mas que raramente se revertia em benefício para o cidadão na bomba. Então, a gente tem uma queda significativa que aconteceu. Isso aqui é a média Brasil. Mas é interessante olhar também, e o programa não nos encanta sempre, que você precisa ter aumento da margem... está aqui, aumento de margem, voltamos para Pernambuco. Não é isso, Rafael, aqui? Ah, Brasil ainda? Nós temos aqui comercialização, ou seja, quando você vai *in loco*, as margens baixam. Quando você volta, sai de Pernambuco para atuar no Rio Grande do Sul, a margem de Pernambuco volta a subir. E você volta para Pernambuco, a margem sobe um pouquinho. É óbvio que a Agência Nacional de Petróleo tem recursos financeiros e humanos limitados para ir e vir. Então, é preciso efetivamente, além do *software*, além de todo o esforço que está se fazendo, que haja mudança de comportamento



pelas forças legais e possíveis de ajustarem, de modelarem esse processo. Então, temos — vamos passar ao Rio Grande do Sul só para fechar —, no próximo *slide* a situação do Rio Grande do Sul, preço da gasolina ao consumidor. Então, há realmente uma queda desde o dia 3 de maio, e temos evidência de queda. Isso historicamente, se você olhar nos últimos três ou quatro anos, é difícil ver um comportamento tão longo dessa forma. Mas ainda há subidas e descidas, alguma absorção de margem. Entendemos normais. Trago nos dois últimos *slides* a questão de Brasília, da CPI de Brasília, que teve efeito enorme também. Nós estamos com o preço do Distrito Federal em azul, a queda desse preço. Nós temos aqui a margem de comercialização no Distrito Federal em vermelho — interessante, ela vai lá embaixo. E nós temos os índices de inflação do IPCA e do IGPM, que nos mostram descolamento do preço em Brasília, das margens de Brasília, do retorno do preço a exatamente em cima do índice de inflação, do IGPM. Ou seja, para aquele cara da bomba, é um resultado extremamente positivo. Subida e queda de margens: aqui instaurada a CPI dos Combustíveis do Distrito Federal, instaurada a CPI dos Combustíveis do Congresso, e uma queda muito significativa. Muito bom é poder acreditar que tudo isso se mantém e que tenhamos atendido, pelo menos no curto prazo, as nossas missões. A gente termina dizendo que o trabalho que estamos fazendo agora é com relação à revisão do arcabouço regulatório do GLP e do arcabouço regulatório dos combustíveis líquidos. Estamos colocando em audiência pública, no dia 5 de agosto de 2003, um trabalho feito pelo MME, pelo Ministério da Fazenda e pela Agência Nacional de Petróleo, trabalhando as Portarias de distribuição, a revisão dessa Portaria, que, se não estou errada, já havia dez anos que estava em curso. Quantos anos? Treze anos. E nós passamos agora, pela primeira vez na história, a termos — no próximo *slide* — a Portaria da revenda. Será colocada em consulta pública também no dia 5 de agosto. Elas têm por objetivo eliminar a barreira de entrada, libertar o revendedor, não fazê-lo mais um refém do distribuidor, para que ele possa trabalhar com preços mais competitivos, para que ele possa atuar, mantida toda a segurança; nós fomos ainda mais exigentes com relação à segurança. A segurança, sim, essa pode ser barreira à entrada, mas a lealdade motivada pela retenção de um revendedor e de um distribuidor para levar um preço mais caro ao mercado, isso foi uma vontade desse grupo que elaborou



essas Portarias. Agora começamos no dia 21/07/2003. Ontem terminamos nossa segunda reunião. E esta é a primeira vez que trazemos essa informação aos senhores e até à própria mídia. Criamos esse grupo de trabalho de tal forma que possamos rever todo o arcabouço regulatório dos combustíveis líquidos no Brasil. E aqui quero ler alguns pontos para vocês: implementação do programa da rastreabilidade da gasolina; *diesel*, em portaria; reavaliação do modelo adotado para comercialização de combustíveis, com revisão das portarias que tratam dos TRE's, da distribuição, da revenda do solvente e dos formuladores, ainda que ela esteja suspensa, a portaria; análise das barreiras de entrada em cima de capital e tancagem; aperfeiçoamento do processo de garantia da qualidade do produto e da segurança ao consumidor; revisão da legislação de garantia da qualidade do produto e da segurança ao consumidor, revisão da legislação das penalidades, melhoria dos fluxos de informação entre os agentes do setor. No último *slide* — esse de fato é o último *slide* —, o que está acontecendo agora, exatamente neste momento em Brasília, no Distrito Federal? Está acontecendo neste momento uma fiscalização no Distrito Federal em cima do GLP. Interessantíssimo, ontem, já tarde da noite, estávamos fazendo uma passagem no *software* do GLP, na rastreabilidade do GLP, junto com a Agência, e nós detectamos um aumento dos preços do GLP-13. Ele passou nessa semana de 28,10 para 29,17 — preço do distribuidor —, com um aumento percentual de 3,81. E aí nós rodamos, naquele fluxograma da rastreabilidade, nós clicamos em cima do revendedor e — interessante também — houve uma variação na segunda casa decimal igualzinha para o revendedor e o distribuidor. Mas é 3,81. Isso aqui eu gostaria muito de, no próximo convite para conversar com vocês, que eu jurasse que isso é uma prática correta de mercado. Por enquanto, ainda não dá para acreditar. Aí eu falei para a agência: Eu quero ver se vocês estão bons para, de hoje, ontem, dez horas da noite, se eu botar uma fiscalização hoje aqui em Brasília, só para a gente levantar, para conhecer um pouquinho de perto esse 3,81. Então, a Agência hoje de manhã foi mobilizada e já deverá estar nas ruas hoje entregando a notificação para avaliação de livros amanhã. Pelo que a Agência passou, as distribuidoras que estão recebendo essa notificação são a Supergasbrás, a Minasgás, (*falha na gravação*) Nacional Gás



Butano, a Petrogás, a Ultragás e a Copagás. Eu termino aqui com vocês e estou à disposição para conversarmos um pouco mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar ao debate com os nobres Deputados, quero informar que hoje, às 16h30min, temos uma reunião com o Presidente da Associação dos Juízes Federais. É importante os Deputados estarem lá como nós estivemos ontem com o Ministro do Supremo Tribunal Federal. É importante estarmos lá. Sabemos também que há Deputados que estão querendo convocar o jornalista que fez a matéria na revista *Veja*, no dia 23/03. Então, nós já temos vários Deputados que vão convocar o jornalista para vir nos dizer qual foi a fonte, como ele discutiu essa questão dessa matéria. Então, vamos passar para o primeiro Deputado. Primeiro, gostaria de saber se o Relator... Deputado Eduardo Gomes. Esteve aqui e foi embora. Dr. Evilásio.

**O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Maria das Graças, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu praticamente fui respondido, se não me engano, com o penúltimo ou antepenúltimo *slide* apresentado, onde a Dra. Maria das Graças faz um elenco de ações que deverão ser implementadas com vários órgãos, atinentes com a questão do combustível. Eu gostaria de dizer que há uma expectativa muito grande da população deste País, depois da implementação da instalação desta CPI, porque sabemos que um dos problemas mais graves do País hoje envolve a questão do combustível pela sonegação, onde a senhora traz aqui algo em torno de 3,3 bilhões por ano. Já vi outras citações que podem chegar a 10 ou mais de 10 bilhões. Se a senhora pudesse oficializar melhor esses dados, para quando os colocarmos, colocarmos com mais propriedade, porque dados estatísticos no Brasil infelizmente nunca foram confiáveis. Além da sonegação, há outra questão gravíssima, que é incomensurável o dispêndio pelos usuários de combustível, que é quando se trata do uso de combustível falsificado, que nós não sabemos quanto isso custa aos bolsos brasileiros, com depreciação e manutenção dos seus automóveis. Ouvi aqui várias entidades representativas de vários setores ligados ao combustível, e todos com total descrença, muitas entidades sérias querendo que se resolva o problema e colocando a responsabilidade na solução dos problemas nesta CPI. Eu perguntaria a senhora: nós vamos, num tempo breve, resolver realmente esse problema no Brasil e dizer aos brasileiros que Charles de



Gaulle não tinha razão, que esse Brasil se não foi será um País sério, pelo menos nesse setor que atinge diretamente milhões e milhões, senão toda a população brasileira? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pela sua presença, pela sua exposição e pelo trabalho que V.Sa. está desenvolvendo. Mas, eu queria tecer algumas considerações. Todos nós já temos, mais ou menos, consciência de muitos dos problemas que afetam o setor de combustíveis, já sabemos as razões das liminares, já sabemos como tentar evitá-las, o que o Executivo deve fazer, o que o Legislativo está propondo fazer. Já temos em sintonia os atos e as atitudes que nós vamos tomar. Agora, com relação a esse ponto de vazamento, eu acho que tem sido palco de vários debates nossos, e esta CPI certamente irá produzir, ao curso dos seus trabalhos, a solução para esse grave problema que afeta as finanças públicas federais e estaduais. Eu faria duas observações. Em primeiro lugar, nós sabemos que os *royalties*, que foram criados inicialmente pela Lei nº 7.990, de 1989, e foram modificados pela Lei, que a senhora citou, a 9.478, de 1997, quando estabeleceu as concessões, as formas dos editais de licitação, eles estabeleceram, inclusive, reduzindo o percentual que os Estados tinham direito ao *royalty*, na Lei nº 7.990, de 1989: o Estado tinha 70% da produção de *royalty*. Depois desta Lei nº 9.478, foi reduzido na plataforma continental para 22,5% e a ANP e o Ministério da Ciência e Tecnologia foram aquinhoados com uma grande participação nos *royalties*, a ANP, exclusivamente, para que desse curso a fiscalização no País. Esse montante que a ANP ficou carimbado dos *royalties* do petróleo é o suficiente para desenvolver o seu trabalho. Aí, certamente, deve estar havendo contingenciamento do Governo, que está impedindo que a ANP possa exercer um papel importante no País e nós sabemos que temos hoje graves problemas ocorrendo não só com o álcool, que é o problema do Nordeste, como o solvente, o qual esta Comissão, através de requerimento de minha autoria, requereu as cópias das notas fiscais de venda dos últimos 5 anos de quem comercializa solvente. Eu trouxe um funcionário para analisar isso. Numa primeira análise, nós estamos descobrindo muitas coisas interessantes. Nós estamos sabendo que há



distribuidoras de produtos químicos com autorização da ANP, que estão comprando dessas indústrias, estão revendendo sem nota para as distribuidoras de combustíveis, que estão praticando preços diferenciados, beneficiando-se da tributação diferenciada que tem o solvente, numa flagrante adulteração de combustível. E isso está de uma tal maneira, que a informação que eu tenho é que em São Paulo tem distribuidora vendendo mais barato do que a PETROBRAS. Hoje, não é constantemente, no dia de hoje, e as claras, sem que haja qualquer fiscalização para impedir a entrada, trafegando sem nota ou com nota fria, enfim, uma série de fatores que a ANP poderia e deveria pegar. Além disso, nós temos outros problemas, parte desses solventes são vendidos pela própria PETROBRAS, além do que a PETROBRAS também nas suas liminares não tem tido um comportamento de ajudar o Erário público, na medida em que ela como contribuinte da CIDE, está vendendo com liminar, não enfrentando essas liminares e correndo o risco das autuações que a Receita Federal começa a fazer. Então, eu queria saber da senhora, a respeito desse quadro que estou colocando, qual é a posição do Ministério em função desses pontos elencados. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Próximo, Ricardo Barros. Não se encontra. Bassuma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados da CPI, Dra. Maria das Graças Foster, também ficamos bastante satisfeitos com a exposição, muito positiva, muito objetiva, porque, desde quando a CPI aqui foi instalada, ficou evidente para todos nós, principalmente quando a Agência Nacional de Petróleo esteve aqui, na presença do Dr. Sebastião e outros Diretores, primeiro, a fragilidade da Agência Nacional de Petróleo e também um certo choque de visão, de tarefas, de missão, de responsabilidades, enfim, em alguns momentos até com interfaces um tanto quanto de um certo grau de conflito com o Ministério das Minas e Energia, numa área tão crítica como essa, que é a questão dos combustíveis. Eu queria fazer algumas perguntas para V.Sa., baseado nesse excelente trabalho que nos mostra, em tão pouco tempo, com resultados, a meu ver, até surpreendentes, palpáveis que são, mostrando que a ganância, nesse setor, além de todas as irregularidades que a CPI já tem detectado ao longo do tempo — não só a CPI, mas ao longo de tantos anos vêm sendo nitidamente demonstrado para a sociedade —,



mas a ganância nesse setor é uma coisa impressionante. E ela acaba tornando-se generalizada quando não há mecanismos de punição a esses excessos. Então, eu tenho uma pergunta, que eu já fiz várias vezes, e, na Bahia, naquela CPI que não deu em nada, eu tentei várias vezes conseguir, não obtive essa informação. Formulei por escrito. Quero solicitar a V.Exa. se é possível o Ministério nos fornecer uma comparação com as margens de lucros auferidas pelas distribuidoras em operação no Brasil comparados com outros países do mundo: América Latina, Europa, Estados Unidos, enfim, com vários tipos de países, que têm e que não têm petróleo. Porque eu, pela experiência que tenho acumulada, acho que aqui no Brasil se pratica margens abusivas nesse setor. Isso é uma coisa. Uma prática que, pelo menos em Salvador, é bastante comentada insistentemente — mais uma vez, a CPI da Bahia nada quis fazer —, mas é muito denunciada uma outra irregularidade praticada nesse segmento, que é a utilização, pelas distribuidoras, de verdadeiros “laranjas” para conduzir os postos de gasolinas. Ou seja, burlando a legislação, os postos não só terem as bandeiras, mas serem geridos, serem propriedades das divisões; apenas “o proprietário passaria a ser um mero gerente”. Isso tem vários indícios. Salvador é uma coisa muito forte, porque lá o cartel sempre foi muito atuante, e sempre foi denunciado isso. Nós também sempre tivemos dificuldade de averiguar essa ação, digamos, de uma irregularidade nesse campo. Então, eu quero também saber se há possibilidade disso. Agora, fico feliz — quero só fazer um comentário. Nós estamos percebendo que caminhamos. Acho que a CPI pode ajudar também — certamente no seu relatório final deve abordar isso. Não pode acontecer choques de responsabilidade entre o papel essencial, que deve ter o Ministério de Minas e Energia — estou falando agora da questão essencial dos combustíveis — e o papel da Agência Nacional de Petróleo. Elas não podem ser concorrentes. Eu percebo esse esforço de V.Sa., na sua exposição, em fazer com que haja uma integração, uma complementariedade. Isso é essencial para que a gente, num País continental como o nosso, nós só teremos sucesso, algum dia, em níveis, digamos, razoáveis de não ocorrência de danos ao consumidor, quando a própria sociedade estiver munida de instrumentos efetivos, porque não há fiscalização que possa acontecer no ritmo, na frequência e na intensidade de milhares e milhares de postos, em milhões de quilômetros quadrados. Mas é preciso



que, quando se pega uma ocorrência desleal ou ilegal, efetivamente o processo possa tramitar celeremente e que tenha resultado final, que se puna. Acho que nesse ponto a CPI também contribuirá, porque nós, neste Congresso, temos de aprimorar evidentemente a legislação, que, em alguns momentos, é passiva, favorecendo esses abusos e essa permanência da ilegalidade, premiando, digamos, os maus empresários, que, quero crer, são a minoria. Mas a maioria dos “bons empresários” acabam se acomodando, por medo ou por omissão, e deixam as coisas acontecerem. Nós temos de evidentemente inverter essa lógica no Brasil, para premiar aqueles que estão no negócio que é para dar certo para todo o mundo; para que o bom empresário tenha seus lucros, mas que o consumidor jamais seja punido com margens abusivas ou com todos esses crimes cometidos. Então, são essas duas perguntas que tenho a fazer. Se não puderem ser respondidas hoje, quando puder, seria importante. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dra. Graça.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom, eu vou estar aqui respondendo essas perguntas não exatamente na mesma ordem em que os senhores formularam, mas eu queria colocar aqui a resposta ao Deputado Dr. Evilásio. Nós cremos firmemente que vamos chegar a uma melhoria significativa, expressiva, com relação à conformidade dessa cadeia do petróleo e gás. Certamente. Porque, se nós não acreditássemos nisso, teria sido muito difícil termos força, energia, para fazer tanta articulação, para conseguirmos enxergar, no Ministério de Minas e Energia, através da ANP, porque a ANP é os olhos do Governo naquilo que trata da qualidade de combustível no Brasil. Então, de forma alguma há competição com a Agência. Nós cremos, sim, através da ANP. Nós temos um trabalho duro com a Agência, muito duro. Não é fácil o trabalho. A sistemática com que o Ministério de Minas e Energia trabalha a gente vai até o fim daquele problema que veio para nossa mesa. Quando nós chegamos lá, o Ministério de Minas e Energia não enxergava o mercado de combustível. Você não conseguia enxergar o cidadão. Você não enxergava o posto, não enxergava a distribuição. Você tinha um banco de dados que tem exatamente a mesma qualidade de hoje, mas não era integrado. Ele não tinha a inteligência que um banco de dados tem que ter. Então, está muito claro para nós o nosso papel, o nosso dever e o que a ANP



deve e tem que fazer. Então, não há realmente nenhuma concorrência, mas uma ação forte do MME junto à Agência para que ela cumpra a sua missão de ser os olhos não só do MME, mas de todo o cidadão com relação aos combustíveis que estão colocados no mercado. Esse é o trabalho mais forte. E colocar um processo de rastreabilidade simples, lógico e que possa ser utilizado por qualquer cidadão, mas que é a ferramenta de trabalho do MME. O MME tem que ver os resultados, os efeitos de mercado de todas as suas ações. Voltando ainda, Deputado, à sua colocação, há dias, nós fizemos um trabalho com relação ao GLP, em que abrimos margem de distribuição e revenda em vários países do mundo. Então, nós trabalhamos o preço refinaria, a margem praticada na distribuição, na revenda, o investimento, o uso do GLP, os volumes. Isso foi feito para vários países e comparamos com o Brasil. Na questão dos combustíveis líquidos, gasolina, nós temos um acompanhamento das formações de preços, comparando o Brasil com vários países. Eu não tenho certeza se eu posso informá-lo, ao sair daqui, com relação às margens, mas se não puder, recebo esse trabalho de casa e, em breve, o senhor poderá cobrar do Ministério de Minas e Energia, porque o que nós vamos fazer é botar a Agência para trabalhar e passar esse dado para nós. Com relação à questão dos *royalties* do petróleo, nós estamos preocupado com a ponta, e os Deputados, os Prefeitos, os Governadores de Estados, os produtores de petróleo se preocupam com o bem que você tem alocado na sua rocha, no meio poroso da rocha. Quando aquele petróleo se exaurir, quando eu tiver menos petróleo, o que eu trouxe aqui para minha sociedade, para o meu povo, para minha gente dessa terra? Então *royalties* é um direito. E ele deve ser exercido na sua plenitude e no máximo valor que permita manter a comercialidade, a atratividade e a competitividade. O que coloco com relação à aplicação do percentual dos *royalties* de petróleo pela Agência Nacional de Petróleo é um dos trabalhos mais belos e mais completos que vejo acontecer no País com relação à formação de pessoal. Esses recursos da Agência do Petróleo, dos *royalties*, vão lá para o Ministério de Ciência e Tecnologia, mas eles ficam na Agência dentro do Plano de Recursos Humanos, o PRH da Agência, que forma profissionais de nível médio, profissionais de nível superior, para atuarem nos vários elos da cadeia da indústria do petróleo e gás. Os fiscais da Agência Nacional de Petróleo, aqueles 53 fiscais que estão disponíveis hoje, não têm usufruído, pelo



menos que eu saiba, desses recursos para sua capacitação. São profissionais já antigos no mercado e que de certo carecem de um aprimoramento da sua competência, mas é tão urgente essa melhoria, essa capacitação, que ela deve vir do orçamento da Agência Nacional do Petróleo. E para isso, neste ano e no próximo ano, temos planos para, junto com a Agência, brigarmos por um percentual que trate de capacitar adequadamente todo seu quadro técnico, mas em especial os novos fiscais e esses fiscais que estão em exercício. Espero ter respondido a vocês.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A senhora respondeu em parte, mas fiz a colocação também sobre o solvente, sobre o álcool, sobre a posição da PETROBRAS.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Com relação a solvente, um outro tema que é motivo de imensas discussões e, sem dúvida nenhuma, temos atuado bastante em relação a solventes em algumas empresas. A PETROBRAS tem tido toda a dificuldade para competir no mercado com a indústria de solventes atuando de forma evidente. Isso não é segredo para ninguém. A PETROBRAS tem se relacionado com essas indústrias, que possuem liminares sempre que a Justiça a obriga a fazê-lo. Temos trabalhado também dentro de um projeto que queremos que saia de curtíssimo prazo, porque isso é uma determinação da Ministra Dilma, de que tenhamos uma ampliação de toda a utilização de marcadores para que possamos, através dos marcadores, através de uma reforma em cima dos impostos que incidem sobre a indústria de solventes, minimizarmos, até extinguirmos — que é nosso objetivo — qualquer prática ilegal, mas é um dos pontos sensíveis, extremamente difíceis. Nossa relação BR, que são empresas do Grupo PETROBRAS, BR Distribuidora, a PETROBRAS, Agência Nacional de Petróleo, tecnologias que estão sendo utilizadas em outros países para encurtar essa vida infeliz da prática da utilização de solventes, são temas que estão sobre a nossa mesa e que o Ministério está aberto para conversar com vocês em qualquer momento, durante esta CPI ou em qualquer momento do seu interesse. Ficou alguma coisa ainda? Ah, obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Daniel.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, não pude acompanhar toda a intervenção da Sra. Maria das Graças, mas fiquei muito impressionado com alguns dados que ela trouxe, especialmente demonstrando, na



minha compreensão, que a fiscalização ou o acompanhamento feito mais rigoroso do mercado já permitiu uma modificação do seu perfil em relação à qualidade e aos preços, o que é algo que já estamos há algum tempo aqui constatando a falta de uma estrutura capaz de fazer um bom acompanhamento, uma boa regulação, uma boa fiscalização. Já estamos debatendo há algum tempo o papel dessas agências reguladoras, que têm demonstrado serem capazes de dar conta da sua atribuição, não só na área de petróleo como em outras áreas, telecomunicação, etc. No entanto, V.Sa. fez essas referências a algo que a sociedade tem debatido: um acompanhamento muito forte sobre a movimentação de preços, o anúncio de cartéis e a idéia de que os postos estariam liderando esse processo de uniformização de preço através dos cartéis. Parece que há esse fato. Esse é um problema complexo. Existem as indústrias de liminares que causam enorme prejuízo; a adulteração, que também é uma prática corriqueira, também largamente já difundida. Eu queria indagar se, a partir desse acompanhamento que o Ministério das Minas e Energia tem feito, se dá para identificar qual o setor que tem uma contribuição maior para essa desregulamentação, para esse caos em que se tornou o mercado de combustíveis nos últimos tempos. São as distribuidoras? São elas que têm maior influência? Que têm maior poder? Que interferem de forma mais importante nesse processo? São os postos de combustíveis? Dá para se identificar já, pelo acompanhamento feito, qual a parcela de contribuição de cada um desses setores?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Deputado Luciano Zica.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, obrigado pela compreensão em mudar a ordem da minha inscrição, já que eu não estava na hora em que chegou a minha vez. Secretária Graça, meus cumprimentos pela sua exposição, que infelizmente não pude ver toda. Gostaria, inclusive, de solicitar que fosse disponibilizado, o mais rápido possível, para a CPI o inteiro teor da exposição feita pela Secretária Graça. Eu gostaria de colocar algumas questões para reflexão. Primeiro, em relação à questão levantada pelo Deputado Dr. Evilásio, sobre a questão do volume de prejuízo do Estado brasileiro com as fraudes. O número exposto pela Secretária Graça naturalmente se refere à perda com as liminares de CIDE, que tem um valor significativo. Com certeza, no ritmo em que vai, podemos chegar ao final do ano com algo em torno de mais de 3 bilhões de



perda se não brecares a questão das liminares. Ocorre que, junto com a questão da CIDE, acaba surgindo, acobertado por essa fraude, o agravamento da adulteração. Eu não tenho a menor dúvida: a receita de CIDE, no primeiro semestre, caiu mais de 30%, em torno de 35%. Houve, evidentemente, uma recessão. Nós estamos vivendo um período de crise, naturalmente, havendo uma redução no consumo, mas, desses 35%, com certeza, um grande volume é relativo ao mercado clandestino de combustíveis, envolvendo a questão do solvente e do álcool, que levaria esse prejuízo de 3,3 bilhões já para mais do que os 10 bilhões citados por muitos de nós. E a adulteração tem origem, principalmente, no comércio irregular de solventes. Eu ouvi uma notícia na *Rádio CBN*, nesta semana — eu acho que nós deveríamos até buscar um esclarecimento maior —, sobre empresários do Rio Grande do Sul que teriam sido detidos ou estariam como objeto de fiscalização com vistas a esclarecer comércio irregular de solvente, lá no Pólo Petroquímico de Triunfo. Eu acho que é necessário que nós produzamos uma mudança na legislação que possibilite um controle sobre esse mercado de solventes. De outro lado, a questão do álcool. Não tenho a menor dúvida de que há no álcool hoje uma parcela enorme de mercado criminoso, seja do ponto de vista da venda do álcool hidratado direto aos distribuidores, portanto, sem recolher os impostos devidos — PIS/COFINS e ICMS —, e, de outro lado, a hidratação de álcool anidro, também comercializado irregularmente. Há uma prática cotidiana de pequenas ou grandes distribuidoras ou redes de postos de gasolina comprando álcool anidro diretamente da usina, injetando 5% de água, transformando em álcool hidratado e colocando esse álcool no mercado. Temos evidências claras disso, principalmente no Estado de São Paulo. De outro lado, nós temos uma brecha que precisamos resolver, uma coisa que eu soube há poucos dias, que é o mercado de álcool hospitalar. O álcool hospitalar tem uma incidência de ICMS reduzida, se não me engano a 7%, e há hospitais que têm 5, 6 leitos, comprando milhões de litros de álcool — não sei se estão embebedando os doentes para fazer cirurgia, talvez seja isso. Então, no conjunto de fraudes praticadas, há um leque extraordinário de possibilidades. E nós estamos com muita dificuldade, até pela falta de capacitação da ANP do ponto de vista da fiscalização da distribuição, da revenda. É impossível imaginarmos que a ANP, até hoje, não tenha feito convênio com os PROCONs para fiscalizar a ponta e



destinar seus fiscais à tarefa de fiscalizar os distribuidores, os produtores de solventes. Então, queria até já colocar à Secretária Graça como o Ministério vê essa possibilidade de agir junto à ANP com vistas à formulação de convênios com os PROCONs e definição de uma tarefa fiscalizadora no macrossistema intermediário do mercado, que é entre a refinaria e o revendedor. Essa questão é importante. A outra questão é a da importação. Agora, há uma questão que eu gostaria aqui de enfatizar. Vi aqui distribuída notícia da revista *Veja* sobre a questão da juíza Cláudia Valéria. Ontem, tivemos reunião com o Ministro Maurício Corrêa, que colocou para nós um problema extremamente preocupante. Nós, no final do ano passado, acabamos com a imunidade parlamentar. Nós nos fiscalizamos, somos fiscalizados pelo Poder Judiciário; o Executivo é fiscalizado pela sociedade, é fiscalizado pelo Congresso Nacional, e tem seus atos julgados pelo Judiciário. O Poder Legislativo abriu mão do que eu considerava um absurdo que era a imunidade parlamentar para crimes praticados fora da atividade parlamentar, inclusive. Mas o Judiciário é um Poder estanque — ninguém tem condições... Mesmo diante de evidências de crimes tão claras, a sociedade tem a possibilidade de questionar, através do Poder Legislativo, os atos do Judiciário? É necessário que o Congresso Nacional promova um estudo, urgentemente, no sentido de abrir, pelo menos no caso de uma CPI, a possibilidade de trazermos esses cidadãos para prestarem contas de seus atos. A minha expectativa, ao ver essa matéria, é que a juíza Cláudia Valéria bateria na porta da CPI pedindo para depor na primeira reunião. Se ela não tem culpa no cartório é o que deveria fazer: solicitar à CPI uma audiência para prestar contas e tirar as dúvidas que pairam sobre ela. É um absurdo inaceitável essa postura do Poder Judiciário brasileiro. O Presidente Carlos Santana nos deu a informação de que iremos fazer uma visita à Associação dos Juízes Federais. Quem sabe consigamos lá o apoio de uma associação que, se de fato respeitar o nosso povo — não queremos interferir no julgamento de nenhum processo, mas queremos que a representação democrática de nosso povo, o Congresso Nacional, possa cumprir o seu papel fiscalizador até o fim e dar transparências e credibilidade a um Poder que é fundamental para a sociedade; o Poder Judiciário é muito importante.

**O SR. DEPUTADO LINDBERG FARIAS** - Peço um aparte ao Deputado Luciano Zica. Só quero, na verdade, reforçar o discurso do Deputado Luciano Zica e



dizer inclusive, Presidente Carlos Santana, que eu estou recolhendo assinaturas para a criação de uma CPI do Judiciário nesta Casa. Nós, inclusive, pegamos essa matéria no gabinete do Presidente Carlos Santana, com base nisso estamos recolhendo assinaturas, porque isso é o caso de negociação de liminares, estão comercializando liminares. Essa não é uma questão qualquer. Tivemos aqui o caso de um Ministro do STJ que foi afastado em que também houve denúncias de comercialização de decisões judiciais que favoreciam a traficantes. Então, esse é um problema grave. É claro que existe problemas em todos os Poderes, no Poder Legislativo, no Poder Executivo. Mas, querendo ou não, no Poder Legislativo, de vez em quando vemos um Deputado cassado, há o processo eleitoral, há um julgamento do povo. Agora, é preciso se voltar para essas questões. Eu acho que o caso da Juíza Cláudia Valério, Presidente Carlos Santana, não é um caso qualquer. Por trás disso há todo um comércio de decisões judiciais. Acho que, a partir desse caso da Juíza Cláudia Valério — a CPI dos Combustíveis está se voltando também para analisar esse caso — nós temos de fazer uma investigação mais profunda do Poder Judiciário. Era isso. Quero pedir desculpas à Comissão por essa...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Obrigado, Deputado Lindberg. Eu considero concluída a minha fala e deixo aí as minhas reflexões para a nossa Secretária. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Último inscrito, Deputado André Luiz.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bem da verdade, esclareço perante este Plenário que no dia 21/07 de 2003 deparei com a reportagem da revista *Época*, nas páginas 44 e 45 da edição nº 270, a qual o repórter Andrei Meireles questiona uma gravação judicial e sigilosa, onde o Sr. Amadeu de Carvalho passa algumas informações sobre a Refinaria de Manguinhos em uma audiência pública realizada pela Comissão de Evasão Fiscal, que nada tem a ver com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Audiência esta aprovada pelos membros da Comissão, convocada para o dia 5/6 de 2003, quinta-feira, realizada às 14h30, no Plenário 9 do Anexo II, que teve como expositores os Srs. Ruy Jorge Rodrigues Pereira Filho, assessor da Presidência da PETROBRAS; o Sr. Arthur Cassiano Bastos Filho, Diretor Superintendente da Refinaria de Petróleo de



Manguinhos S/A; o Sr. Marcos Vasconcelos da Fonseca, Diretor de Assuntos Cooperativos da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S/A; e a Sra. Dra. Elizabeth Tellechea, Diretora Superintendente da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A; o Sr. Francisco Tadeu Barbosa Alencar, Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional, o Sr. Oswaldo Othon Pontes Saraiva Filho, Consultor da Advocacia-Geral da União. Sr. Presidente, no mesmo dia, ou seja, dia 05/06 de 2003, na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Combustíveis, realizada às 10h no Plenário 5 do Anexo II, ouvimos o Sr. Sebastião do Rêgo Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e o Sr. Augusto Horta Nogueira, Diretor Técnico da Agência Nacional de Petróleo. Fiz uso da palavra e entreguei a V.Exa. toda a documentação que o Sr. Amadeu de Carvalho havia me entregue. Só que a nossa Secretária da CPI, a Sra. Ivete, pediu-me para que apresentasse com a Resolução nº 29 da Mesa desta Casa e assim eu fiz. Lamentavelmente, as notas taquigráficas não foram devidamente transcritas. Porém, as fitas da gravação da nona reunião poderá constar a verdade, Sr. Presidente, embora a ilustre Secretária já esteja providenciando (*falha na gravação*) errata. Tomei essa providência atendendo também o pedido do Presidente da Casa, Deputado João Paulo, que pediu que todos os documentos pertinentes à CPI fossem entregues à Secretaria. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é o meu primeiro mandato como Deputado Federal, mas trago a experiência de mais de 5 mandatos legislativos, sendo por duas vezes Vereador da cidade do Rio de Janeiro e 3 como Deputado Estadual. E achei, Sr. Presidente, o noticiário capcioso. Sabe por que, Sr. Presidente? Qualquer cidadão que nos procure para trazer qualquer tipo de informação, seja lá quem for, somos obrigados a ouvir. E assim o fiz. Tenho aqui, Sr. Presidente, que está em sigilo nesta Comissão o verdadeiro cartel deste País, com as multinacionais fazendo o que querem. Tenho aqui, Sr. Presidente, que até hoje ninguém tomou providência, e estou debruçado sobre isso, ação cível pública movida pelo Ministério Público Federal, que denuncia o monopólio e a cartelização das grandes multinacionais do setor de combustível. Tenho aqui, Sr. Presidente, denúncia de diversos Desembargadores, Juízes, e Procuradores do Estado do Rio de Janeiro, que fazem parte de um grande escritório que serve às multinacionais. Sr. Presidente, pedi a esta CPI que convocasse Seu Amadeu de Carvalho para vir depor, para explicar



quantas vezes esteve comigo. E o senhor pode ter a certeza do seguinte: quando ele esteve comigo, ele disse que era uma pessoa ligada com consultoria, e ainda me passou informações, diversas respostas. Simplesmente, não sabia que esse cidadão estava sendo gravado há 40 meses, e numa dessas gravações apareceu meu nome.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Nobre Deputado André Luiz, o senhor me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Bom, primeiro quero aqui me solidarizar com o Deputado André Luiz, que acho que teve uma atitude correta ao receber uma denúncia, encaminhar à Mesa da Comissão, se dirigiu também ao Presidente da Casa, e dizer que todos nós que estamos frente a uma tarefa, como a que estamos desempenhando aqui nesta Casa, estamos sujeitos a uma série de ataques e a abordagens indevidas. Fiz no plenário da Câmara dos Deputados, há cerca de 30 dias, um pronunciamento quando veio à tona o requerimento que fizemos solicitando a cópia das gravações e a possível localização de um pólo no Rio de Janeiro, onde afirmei que o fato de a gravação se dar no Rio de Janeiro não nos dava o direito de presumir que Deputados do Rio de Janeiro poderiam estar envolvidos com irregularidades nesse setor. Evidentemente, o Deputado André Luiz teve uma postura, inclusive diante da reportagem, correta ao afirmar que havia recebido o telefonema e calçado por uma iniciativa preliminar, o que lhe garante absoluta legitimidade neste processo. E acho que, independente, qualquer um de nós que eventualmente venha a ser acusado ou citado numa denúncia — e já recebi minhas ameaças e minha cota de possibilidades, e evidentemente poderão surgir outras — devemos, com certeza, estimular como fez o Deputado André Luiz, ao solicitar a convocação do Sr. Amadeu Carvalho, de exigir, em nome da nossa credibilidade e da credibilidade da própria CPI. Então, quero cumprimentar o Deputado André Luiz. Não cabe a nós aceitar o que eventualmente saia num órgão de imprensa qualquer que seja para fazer um julgamento prévio, preliminar de qualquer pessoa. Mas a imprensa cumpre um papel muito importante. E acho que, nesse caso, embora possa ter trazido uma interpretação indevida, até pela forma como a matéria foi produzida, acredito que a imprensa está dando uma contribuição importante na



matéria que temos aqui, hoje, da revista *Veja*, que traz denúncias importantes sobre a questão da juíza. Então, quero me solidarizar e cumprimentar o Deputado André Luiz pela forma correta como S.Exa. procedeu no encaminhamento. E afirmei ao Deputado André Luiz outro dia que, se houver um criminoso qualquer que ligar e me disser que tem denúncias que comprometem qualquer agente dessa área, não é porque é um criminoso que está fazendo que vou deixar de levar em consideração e trazer as informações à CPI. Então, acho que o Deputado agiu corretamente e merece nosso cumprimento. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Sr. Presidente, para finalizar queria agradecer ao Deputado Zica e dizer que, no que concerne a esses documentos, efetivamente acho que temos que tomar providências. Porque acho que temos que também fiscalizar e abordar as multinacionais. O que tenho visto até o presente momento é que estamos aqui debruçados e trabalhando em cima de empresas de capitais nacionais. Acho que essas empresas de capitais nacionais têm que ser fiscalizadas, têm que ser ouvidas, mas as multinacionais principalmente. Tem multinacionais que deram prejuízos aos cofres da União da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de PIS e COFINS. Então, acho que tem muita coisa que deve ser esclarecida e que temos que debruçar. Convocar a Esso, a Shell, a Texaco, investigá-las. Essa gasolina amarela tão divulgada que a Shell vende nos seus postos, será que é a gasolina pura? Então, acho que temos que debruçar sobre essa matéria que eu trouxe que está acostada a esta CPI. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Queria fazer as palavras do Luciano Zica as palavras de todos os membros da Comissão. E, ao mesmo tempo, peço aos Deputados que se debrucem neste material e nos materiais que já estão chegando à Comissão, porque é importantíssimo — o próprio Relator também —, pegar todos esses materiais. E, a partir desses materiais, a gente começar a fazer uma série de convocações que temos. Agora, é importantíssimo. Estão chegando vários materiais que já requeremos, estão chegando à Comissão. É importante a gente se debruçar, todos os Deputados se debruçarem, e a gente começar a fazer os requerimentos. Ao mesmo tempo, quero aproveitar para dizer que nossa Comissão não quer conflito nenhum com outro Poder, o Judiciário. Mas nós temos um papel a fazer. Essa matéria que saiu na revista *Veja* é uma matéria de



extrema relevância para nós, porque há uma necessidade concreta de verificarmos essa situação. Então, ontem fomos ao Ministro do Supremo. Hoje, vamos ao Presidente da Associação de Juízes, porque entendemos que tem que ser explicada essa situação, porque senão... E há uma dificuldade, quero deixar bem claro, estamos tendo uma dificuldade porque tudo aquilo, quando estamos pedindo, está processo judicial reservado, que ninguém pode pegar, que ninguém pode manusear. Há uma dificuldade enorme, enorme da Comissão, quando a gente chega realmente, a gente quer todos os processos, hoje, internamente. Então, todos os projetos estão sob sigilo judicial, e a gente está com uma dificuldade enorme. Esperamos que agora...No dia 14 temos uma audiência com a Juíza responsável pela 1ª Vara de São João de Meriti, onde vamos ver se a gente consegue todas essas fitas de gravações que forem e também já pedimos onde tiver processo neste País, nós queremos esses processos. Queremos manusear esses processos. Claro que a Comissão não tem poder de polícia, mas a sociedade está exigindo de cada um de nós. Então, por isso é importante. Estamos pedindo. Quando estamos indo ao Judiciário, porque nós também queremos que o Judiciário nos ajude a nos remeter todo esse material. E é importante todos aqueles Deputados — a gente está sabendo, tem vários Deputados interessados na matéria — que vão, leiam, verifiquem que temos muito trabalho para fazer — como o próprio Relator também —, manusear todo esse material, para a gente poder trabalhar o mais rápido possível. Então, era isso. Queria passar para a Dra. Graça para a resposta dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Questão de ordem tem prioridade.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Inicialmente, eu quero fazer ênfase às suas palavras. E quero também comunicar que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, se encontra na Casa numa reunião com Líderes, o que poderia até ser um momento de estarmos com S.Exa. fazendo uma indução...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas nós tivemos ontem.



**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - ...para que possamos ter uma relação nesse sentido. Mas, neste momento, S.Exa. está reivindicando posições na PEC da Previdência, que eu acho que, talvez, pudéssemos ter um bom acesso. E queria também dizer, Sr. Presidente, que acho que está faltando realmente — volto a dizer — que a gente tenha uma reunião mais enfática entre nós para que possamos não criar fatos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Já está marcada, quarta-feira que vem uma reunião só nossa, uma reunião ordinária onde a gente vai definir.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Porque, a partir do momento que nós não estamos criando fatos, estão se criando fatos internos, até mesmo para, talvez, com o intuito de desvirtuar caminhos, que nós possamos obter realmente os resultados que toda a sociedade espera.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, indagaria a V.Exa. se V.Exa. vai transformar esta sessão em sessão deliberativa ao término da exposição, ou não? Até por causa de *quorum*. Havia pendências na semana passada que ficaram de ser tratadas. E, o segundo ponto, dentro desse tema que foi colocado, eu sugeriria a V.Exa. — eu sei que V.Exa. já marcou a data e já remeteu a intimação para que a juíza viesse, vamos aguardar, ela pode até optar por vir —, mas sugeriria a V.Exa. que nós convidássemos — aí não convocássemos —, mas convidássemos o jornalista autor da matéria da revista *Veja* para que ele possa até nos trazer alguns elementos que possam ajudar a gente. Já que a gente não consegue ter a juíza, vamos trazer quem teve informação sobre ela, para que a gente possa ter conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas quero lhe informar que nós começamos a reunião 20 minutos atrasados, porque o autor do requerimento não estava presente, ele já está. Como na reunião passada o seu assessor nos procurou, dizendo que ele tinha interesse, numa reunião reservada, entregar os nomes da quebra de sigilo. Então, está aqui o assessor também, nos procurou e pediu que fosse votada com a presença do autor. Então nós queremos saber...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Entendo que não haja resposta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, nós queremos saber do, nós queremos saber, depois da exposição, a Presidência tem o intuito de botar em votação esse requerimento. Eu já tinha falado na próxima... Quando o requerimento entrasse, entendeu? E a gente tem toda a disposição de fazer, então transformar, se assim a Comissão desejar, entendeu?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Quantos Deputados são necessários para *quorum* de deliberação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Treze Deputados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Nós temos 9 Deputados presentes só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Teriam de ser 13 Deputados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Sr. Presidente, questão de ordem. Não tenho pressa e poderia... É rápido, Sr. Presidente. Então, pode ser colocado em outra reunião. Eu só queria fazer uma pergunta, Sr. Presidente. Na sessão em que foi ouvido aqui o Promotor da Paraíba e a Promotora de Pernambuco, eles, várias vezes, repetidas vezes, o Promotor disse que deixou aqui documentos de caráter sigiloso, agenda etc., etc. Como quero formular, eu, o Bassuma, o Paulo e outros Deputados que estamos querendo subscrever o requerimento fundamentado para tomar as providências que o Ministério Público pediu naquela reunião secreta, eu solicitei, e a Secretaria está informando que não existem esses documentos aqui, que não foram entregues. Eu vi e inclusive vou requisitar as notas taquigráficas, porque eu estava aqui, eu perguntei. Existe. Se ele deixou, quem está com esses documentos? Eu queria ter acesso a eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero informar que a agenda não se encontra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Então, ele disse que deixou aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só explicando. Existe uma série de documentos. Nesses documentos estão os nomes das empresas., se encontram os nomes das empresas. É só um Deputado ir lá, sentar — entendeu? — , na Comissão, que lá está. Então, só não se encontra a agenda. É isso.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Quer dizer que requisitar não pode? Eu tenho que ir lá ver?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pode requisitar também.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Eu requisitei por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - São 7 volumes. São 7 volumes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Podem ser 70.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, o Deputado, ao sair desta Comissão, o Deputado pode ir lá e pegar os 7 volumes e levar para o seu gabinete, mas faça o documento e depois entrega à Comissão.

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só um minutinho. Nós estamos desrespeitando a nossa Secretária, e gostaríamos que ela passasse à pergunta e depois a gente entrava nos assuntos internos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente, Eu pediria a V.Exa. que convocasse o jornalista Andrei Meireles para que possa vir aqui depor, porque esse processo está correndo em sigilo de Justiça. Eu queria saber como ele teve tanto informações assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Nobre Deputado André Luiz...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** - Posso requerer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Pode requerer. Nós vamos, nós temos uma reunião na quarta-feira, reunião ordinária. Vamos agora encaminhar...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ** - Pois não. Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Dra. Graça, eu peço desculpas. Eu peço desculpas.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Literalmente compreensível. Eu queria ser bastante breve e retornar ao Deputado Evilásio, que me fez uma pergunta e eu não respondi ao Deputado. Nós temos nos utilizado, os números são de grande controvérsia, não é? Nós temos... Queremos sempre estar falando em comercialização de combustíveis ao invés de comercialização de



liminares. Começa por aí a grande diferença. Temos nos utilizado dos números do SINDICOM quando se trata de perda de arrecadação através das liminares. E aí o número que temos utilizado, que parece consistente, são 800 mil reais no ano de 2002. Adulteração, contrabando na gasolina, 1 bilhão no ano de 2002; sonegação no álcool hidratado, 1,5 bilhão no ano de 2002. Ou seja, 3,3 bilhões. Esse é o número que o SINDICOM tem mostrado. Quando cruzamos os nossos dados e fazemos as projeções, parecem ser números bastantes significativos. O Deputado Daniel me fez uma pergunta, e espero seja uma resposta precisa do resultado desta CPI: qual é o elo dessa cadeia que pode ou que tem prejudicado mais essa ponta, produção dos derivados e consumo? Temos avaliação dentro da refinaria e temos avaliação das distribuidoras e da revenda. Os distribuidores — e o Deputado André Luiz colocou ali, fez alguma menção às multinacionais —, e, aí, entre as grandes distribuidoras, vou incluir a nacional, a PETROBRAS, essas distribuidoras, a BR, por exemplo, são empresas, todas as grandes, que têm uma marca muito forte no mercado. E essa marca no mercado simboliza não só atividades de distribuição. Ela simboliza toda uma cadeia de atuação em toda a indústria de petróleo e gás natural. Então, eu diria que, deste ponto de vista, essas grandes operadoras, grandes distribuidoras, têm uma preocupação maior com a sua marca. Mas se olharmos as distribuidoras de forma geral, as grandes e as pequenas, o efeito, a capilaridade de práticas ilegais que viessem, elas têm um dano muito maior do que o dano de uma revenda de um posto para um consumidor. Então, de fato, o efeito poderá, quando praticado ilegalmente, o efeito da distribuição, seja pequena, média ou grande, ele é de fato muito maior pela capilaridade que ele representa dentro deste mercado de comercialização de derivados. O posto, se é um dono de um posto, o efeito negativo que ele tem é de um posto para seus clientes, para uma entrega de alguns poucos mil litros entregados no dia-a-dia. Então, o cuidado que temos com a distribuição realmente é muito grande, porque o zelo a esse elo da cadeia, se não for muito bem cuidado, pode ter um efeito muito maior do que o revendedor. Com relação ao que foi colocado pelo Deputado Zica, com relação aos PROCONs, foi um pedido do Ministério de Minas e Energia, muito influenciado pelo Deputado Zica, há semanas, há dois meses, três meses, à Agência Nacional de Petróleo e, até então, não respondido. Entendemos, como Ministério de Minas e Energia, a importância da



Agência estar junto aos PROCONs. E ontem foi uma das perguntas que fiz à Maria Antonieta, que está aqui nos acompanhando, da Agência Nacional do Petróleo, com relação aos PROCONs. Perguntei ao Superintendente de Abastecimento, ele disse que o processo está em andamento. E está em andamento, de fato, porque isso foi confirmado. Por último, respondendo ainda ao Deputado Zica, com relação ao solvente. Hoje, pela manhã, no Rio Grande do Sul, identificamos, já sabedores, porque esse é um exercício em prática pelo Ministério Público, desde o início de 2002, ele atuando junto a uma das empresas, uma empresa gaúcha, a Belsul, rastreando a sua malha a distribuição de solventes. Os seus sócios proprietários estão presos. Entretanto, por um condicionante legal, a Agência Nacional de Petróleo deve ainda abastecer com quota de solventes essa empresa Belsul. Ontem eles me encaminharam um relatório que está na minha mesa e que prova e confirma exatamente a prática de solventes extremamente complicada que hoje nós vivemos no nosso País. Os proprietários presos e a necessidade por questões legais explicadas pela Agência ainda abastecem com quotas esses cidadãos. Eu acho que eu respondi às perguntas. O senhor me desculpe, Deputado, eu não respondi, mas sugiro os números do SINDICOM e a confirmação junto com a Agência, junto com Ministério. Os números... A gente pode digitar quaisquer números, mas eles têm que ter um significado físico, comercial e principalmente um significado social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes do término, o Relator gostaria de fazer uma ponderação.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Quero cumprimentar a Dra. Maria das Graças Silva Foster pela brilhante exposição, pelo apoio que tem dado. Ela com a Ministra, ou seja, o Ministério tem sido incondicional conosco na tratativa desse assunto. Quero também me solidarizar com os companheiros que têm sofrido com as denúncias e dizer que nós só podemos continuar na medida em que estivermos unidos e tendo a transparência que temos tido de ir colocando às claras o que tem acontecido no setor. A minha preocupação maior — eu quero reiterar, Dra. Maria das Graças Foster, junto aos companheiros —, quando se cria uma CPI na Casa, cria-se uma expectativa, uma esperança muito grande de que ela solucione o problema, mas também criou-se a visão, com a sociedade, que a CPI sempre vira em pizza. Eu tive o cuidado e tenho tido o cuidado, como Relator, de dizer desde o



início que nós tínhamos que detectar as causas de todos esses problemas. A causa está clara. Ela é fiscal. Ela é tributária, inclusive a causa da adulteração é tributária, a diferença do ICM do álcool, o álcool anidro sem imposto, o hidratado com 25%, o solvente com 8% e a gasolina com 57%. Essas são as causas. Falamos com clareza que nós temos que melhorar a regulamentação para fortalecer a ANP, que é o nosso foco, já que temos a Agência com o Ministério, para que a gente faça um trabalho conjunto. Mas eu quero dizer a vocês que o Presidente, o nosso Ouvidor, o Deputado Zica e todos os companheiros que têm acompanhado estamos começando a ficar preocupados, porque nós assumimos a CPI em parceria com uma ação do Executivo. Às vezes, tem Deputados que falam: “ Como é que você fala isso claramente?” É óbvio. Nós estamos cumprindo um papel legislativo que o Executivo tem que nos ajudar a formatar ou aprovar aquilo que decidimos para que beneficie a sociedade. E o ponto maior... Ontem nós ainda estivemos para tirar o nosso salvo-conduto, tirar as nossas dúvidas com o Ministro Maurício Corrêa. E não podíamos esperar outra posição dele. Ele falou: *“À medida que chegar a ação declaratória de constitucionalidade da CIDE, eu dou preferência, eu julgo, aprecio no primeiro momento porque cessamos.”* E entendemos que ele já deu quase um pré-julgamento a nós. Entendemos isso, o grupo que foi lá ontem. Agora eu queria propor à Comissão — nós estamos há 60 dias pedindo isso ao Executivo, visitamos todos os Ministros —, eu queria propor ao Presidente, ao Ouvidor e à Comissão (a assessoria da Casa tem insistido que nós poderíamos tomar outro caminho) esse outro caminho agora, quer dizer, pelo menos 2. Nós podemos, porque o art.103, § 4º, diz o seguinte: *“Ação declaratória — isso da Casa — de contitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República”*. Ou seja, nós votamos isso aqui dentro. E há um ano, o Governo passado não regulamentou. E há 7 meses também agora não regulamenta. Nós temos, obviamente, que o nosso Presidente João Paulo tem obrigação de fazer ação declaratória. A Casa é que fez a lei. E já que o Executivo não faz, tenho a impressão que nós devemos fazer isso. Então, eu proponho — peço ao Presidente, assim que terminar a sessão — que coloque em votação, em caráter especial, para encaminharmos ao Presidente da Câmara. E estou dizendo isso, Dra. Graça, porque



80% dos nossos problemas param por aí. E o restante, eu estou absolutamente surpreso de que nós também combinamos com o Executivo o monofásico do ICM. Tivemos o zelo de fazer tudo isso de acordo com o que deveria ser feito. Estivemos na Receita com o Ministro para que entrasse na convocação extraordinária. E agora na reforma tributária está vindo de forma diferente, ou seja, está nos colocando numa situação difícil, porque o fundamento da CPI é a unificação tributária do ICM e a constitucionalidade da CIDE, que acaba com o problema PIS, COFINS e CIDE. E aí, Dra. Graça, estamos colocando também o seguinte, porque, nos primeiros meses, o que se tem de previsão da CIDE e o que se fala aqui são 300 milhões/mês. O problema da sonegação é muito mais alto do que se pensa. Só na CIDE, ele atingiria esse valor superior a 3, aproximadamente a 4 bilhões. O outro grande problema é o álcool. Gostaria que os companheiros, como não tenho votado e não fiz nenhum requerimento, nós temos que ouvir o pessoal do álcool aqui. Acho que temos de ouvir, sobretudo, o Governo também do Estado de São Paulo, porque o tributo do álcool interessa, sobretudo, ao Estado de São Paulo, que é o maior produtor de longe, e também se quisermos, Pernambuco, mas o forte é o Estado de São Paulo. E o problema de solventes que nós estamos buscando soluções e que podem ser ditas e claras, mas ele é muito pequeno para dar esse problema todo de adulteração que está dando. E nós temos que ter a coragem de elevação — a taxa dos solventes — e colocar no mesmo nível da gasolina e dar isenção aos usuários das indústrias químicas que usam o solvente como base de produto final. Enfim, quero cumprimentar a Dra. Graça, mais uma vez, dizer que o Ministério tem sido parceiro, aliado, como a ANP tem sido. E isso é importante porque nós estamos começando a ficar numa situação e que não adianta ficar vendo pilhas e pilhas de documentos que chegaram aqui, porque a causa não foi estancada, não foi resolvida. Vamos resolver a causa. Vamos, sim, detectar aqueles casos mais fortes. O Deputado Zica coordena isso para nós no sentido de que a gente cace, com lupa, sonegadores da área do álcool, da área de solvente, adulteração e, obviamente, do *diesel* e da gasolina. Era isso Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Sra. Graça, as ponderações finais.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Quero, antes de mais nada, agradecer a oportunidade dada pelo Carlos Santana, pelo Carlos Melles, dizer a todos os Deputados aqui que nos fizeram perguntas, que é um dever do Ministério de Minas e Energia estar aqui, é um dever do Ministério de Minas e Energia disponibilizar para o País uma Agência Nacional de Petróleo efetiva. A responsabilidade é muito nossa, sim, que o nosso País disponha de uma ANP forte e respeitada. O Ministério de Minas e Energia, a Secretaria de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis não pode trabalhar sem uma agência muito bem estruturada, muito bem recebida pelo cidadão, e nós precisamos dessa agência. Só dessa forma nós vamos poder cumprir a nossa missão como agentes do Governo, agentes de todos os cidadãos. Quero agradecer, muitíssimo, a todos da Mesa, ao Deputado Zica, que tem sido um grande colaborador do Ministério de Minas Energia, e solicitar aos demais Deputados que aqui estão que não percam o endereço da Secretaria de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis, porque nós precisamos, muitíssimo, para sermos efetivos, dessa parceria com os senhores. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA** - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria, primeiro, de agradecer as palavras da Secretária Graça e dizer que, como Deputado da base governista, que tem atuado fortemente nessa área, estou cumprindo o meu dever para com o projeto que, acredito, vai mudar o rumo deste País. Mas gostaria, antes de encerrar esta sessão, Sr. Presidente, primeiro, confirmar as visitas que fizemos juntos, buscando a questão da ADC e da unificação da alíquota do ICMS, lamentar profundamente a lentidão do Governo neste aspecto, nessas duas iniciativas e fazer duas propostas. A primeira que, na minha opinião, não precisamos deliberar aqui para conversarmos com o Deputado João Paulo sobre a iniciativa. Podemos solicitar uma conversa informal com ele, pedindo que discuta com o Executivo a forma mais rápida de dar entrada com essa ADC. O Procurador-Geral da República, numa conversa informal com a Comissão, disse que ela está pronta para ser impetrada. Então, precisamos dar um *start* nisso e acelerar. A outra questão que queria propor é que fizéssemos um convite ao Deputado Virgílio Guimarães, informal também, Relator da reforma tributária, para que viesse numa



reunião reservada com a nossa CPI conversar sobre a nossa preocupação com a parte tributária de combustíveis na proposta de reforma tributária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só quero, antes de encerrar, dar mais outro informe. Na terça-feira que vem, às 16h, temos reunião com vários Procuradores, em âmbito nacional, que vão estar conosco numa reunião informal, onde vamos também pedir mais informações de vários processos. Quero informar que hoje, às 16h, temos a reunião com... às 16h30 ... às 16h estará um carro nos esperando para irmos à Associação de Juízes Federais para termos um encontro. Na quarta-feira que vem temos reunião ordinária, onde vamos votar vários requerimentos. E todos aqueles Deputados do Nordeste que quiserem o material de Pernambuco... da Paraíba, desculpe, está à disposição na Secretaria. Pedi agora à Secretária que vai tirar xerox e encaminhar ao gabinete do Deputado quando quiser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Sr. Presidente, tem uma relação que foi entregue, que foi mandada pela CPI. Estou me referindo a que o Promotor disse que entregou em caráter sigiloso, a outra tenho conhecimento dela. Quero saber se ele entregou ou não entregou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - O de caráter sigiloso, o Promotor não deu ordem de entregar a ninguém.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - E para que ele entregou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, ele mesmo pediu em caráter sigiloso. Nós, nos documentos que já manuseamos, se o Deputado ... Eu já manuseei, Carlos Santana, tem várias... as empresas estão lá. É só pegar esse documento...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Eu não entendi. Se ele entregou, está aí, a gente não pode ter acesso? Então, para que ele entregou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Não, nobre Deputado, o mesmo documento ... O documento sigiloso nada mais é do que uma síntese do documento geral.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Não vamos ter acesso a ele?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado, a prática da Presidência desta Comissão a todos os Deputados que estão indo a essa Comissão, como o Deputado Eduardo Cunha, um funcionário dele está indo lá e



analisando tudo, a Deputada Rose de Freitas botou 2 funcionários e está analisando. Então, a hora que o Deputado quiser — entendeu? —, com a minha presença, vamos lá pegar esse documento sigiloso e o nobre Deputado vai ler.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** - Eu vou fazer isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Agora, ao sair daqui, vamos lá imediatamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, estou entendendo, então, que as deliberações serão apreciadas na reunião da quarta-feira que vem, até porque o requerimento do Deputado João Caldas não está ainda, digamos assim, com ele formalmente preparado, em condições de ser apreciado. Então, na semana que vem sugeriria que a gente discutisse a possibilidade de convidar o jornalista que fez a matéria da *Veja*. E queria complementar o que disse o nobre Relator, uma constatação também, nobre Relator, que temos um outro problema. É claro que sabemos que adulteração é por problema tributário. Mas mesmo que resolvamos o problema tributário do solvente, modificando a alíquota do ICMS, não vai impedir adulteração, porque a formulação química é igual e não tem implicação de CIDE. Só resolverá se também tributarmos o solvente no CIDE. Essa que é a realidade. Então, não vamos achar que estará resolvido o problema, porque não estará.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Concordo com o Deputado Eduardo. Mas diria que, quando fui, como bom mineiro precavido, dizendo que 80% dos nossos problemas estarão resolvidos dessa forma. A fiscalização nos ajudará muito e a marcação dos combustíveis. O problema de marcação é muito importante, porque é a maneira com que o mundo resolveu esse problema.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas está feita a marcação de solvente, ela é feita, só que a fiscalização não acompanha e não pega. Essa que é a verdade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - É, mas encaminhamos. Quero dizer o seguinte. Alguns documentos... eu tenho repetido o seguinte. Também não tive acesso a nenhum documento sigiloso. Quero deixar o Deputado João Caldas, não tive, está tudo com o Presidente. Eu entendo que deve ter essa relação, discutir com os membros da Casa e combinado para que o grupo veja. No momento em que



tiver, farei, como Relator, o comunicado a todos. Da minha parte, nenhum dos Srs. Deputados, na medida em que eu tiver acesso a documentos, não terá conhecimento de que tive acesso a documentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Quero agradecer à Dra. Graça, à sua equipe técnica, pelo trabalho brilhante que vem fazendo a essa juventude que está aí mexendo nos computadores. Fico muito feliz em ver essa molecada. Desculpem-me a expressão pejorativa. Mas é um negócio bonito o trabalho que vocês vêm fazendo. Acho que é isso que estamos precisando. A Dra. Graça foi uma das melhores exposições que tivemos aqui com muita clareza. Espero que, se a gente se debruçar sobre esse *site* vamos aprender muita coisa, vamos ver realmente os problemas que estão cada vez mais afligindo a Nação. Então, quero agradecer, esperamos estar outras vezes lá. Obrigado. Está encerrada a sessão.